

Rafael Rocha da Rosa*

Neoliberalismo, desdemocratização, subjetividade

Neoliberalism, de-democratization,
subjectivity

RESUMO

Considerando a expansão da lógica de mercado e da economia, tanto para a política quanto para a vida social, nosso objetivo é compreender o modo como o neoliberalismo produz sujeitos governáveis em conformidade com seus interesses. Nosso esforço é justificado pela urgência de novas formas de vida, de relações pessoais, de trabalho, de outras subjetividades, sobretudo de uma nova política. Ao analisamos a contemporaneidade, a aliança entre governos e grandes corporações garantiu às empresas o domínio do mercado, da política e seus efeitos nocivos evidenciam seu projeto: precarização, fim de conquistas trabalhistas, revogação de direitos sociais, terceirização, privatização, generalização da concorrência, redução dos serviços públicos, desemprego, contração salarial. Em relação à política, o neoliberalismo seria um tipo específico de razão com uma pretensão totalizante, a de enformar os aspectos existenciais nos moldes econômicos, que, por sua vez, fragmentaria princípios basilares da democracia. A forma de governo neoliberal conecta produção e direção das condutas e classifica modos de existência de acordo com a renda, a herança, o mérito, o trabalho: cada um desses itens prescreve certo modo de ser. Nesse propósito, uma de suas principais estratégias seria sua forma de subjetivação, fabricando sujeitos cujos valores obedeceriam a lógica de mercado, para então conduzir suas condutas.

Palavras-chave: Foucault. Subjetividade. Neoliberalismo. Democracia. Wendy Brown.

ABSTRACT

Considering the expansion of market logic and economics, both for politics and for social life, our goal is to understand how neoliberalism produces governable subjects in accordance with their interests. Our effort is justified by the urgency of

* Doutorando em Filosofia.

new forms of life, of personal relations, of work, of other subjectivities, especially of a new policy. In analyzing the contemporaneity the alliance between governments and large corporations guaranteed the market domination, politics and its harmful effects, highlighting its project: precariousness, termination of labor conquests, revocation of social rights, outsourcing, privatization, generalization of competition, reduction of public services, unemployment, wage contraction. In relation to politics, neoliberalism would be a specific type of reason with a totalizing pretension, that of forming the existential aspects in the economic molds, which, in turn, would fragment the basic principles of democracy. The neoliberal form of government connects production and directing the conduits and classifies modes of existence according to income, inheritance, merit, work: each of these items prescribes a certain way of being. In this purpose, one of its main strategies would be its subjectivation form, manufacturing subjects whose values would obey the market logic, and then conduct their behaviors.

Keywords: Foucault. Subjectivity. Neoliberalism. Democracy. Wendy Brown

Introdução

O neoliberalismo promoveu a expansão da lógica de mercado e submeteu a ela tanto a política quanto a vida social e produziu sujeitos governáveis em conformidade com seus interesses. Seus efeitos foram, entre outros, a destruição de direitos trabalhistas e sociais, desemprego, dívidas, tornou precária as relações de trabalho, atacou serviços públicos para justificar privatizações.

Segundo Dardot e Laval, esse estrago gerou um cenário de crise que foi instrumentalizado como uma forma de governo pela racionalidade neoliberal¹. Para Verônica Gago, o neoliberalismo promoveu o desmonte das empresas estatais na América Latina (GAGO, 2014). De acordo com Lazzarato (2014, p.14), a ideia de sucesso individual atrelado ao incentivo às iniciativas e riscos do empreendedorismo conduzem a uma ampla difusão de doenças psicológicas, como a depressão. Conforme David Harvey, o projeto neoliberal seria o recurso empregado para neutralizar ameaças e problemas à ordem social vigente.

O êxito obtido pela razão neoliberal se deve, em grande parte, ao processo de subjetivação empregado, isto é, a produção de indivíduos sujeitos à lógica de mercado: "o projeto central da política do capitalismo consiste na articulação de fluxos econômicos, tecnológicos e sociais com a produção de subjetividade de tal maneira que a economia política se mostre idêntica à economia subjetiva" (LAZZARATO, p.14). Essa estratégia fabrica uma conduta empresarial obediente

¹ "a crise apareceu para as classes dominantes como uma oportunidade inesperada. Melhor, como um modo de governo. Ficou demonstrado que o neoliberalismo, apesar dos desastres que engendra, possui uma notável capacidade de autofortalecimento. Ele fez surgir um sistema de normas e instituições que comprime as sociedades como um nó de força. As crises não são para ele uma ocasião para limitar-se, como aconteceu em meados do século XX, mas um meio de prosseguir cada vez com mais vigor sua trajetória de ilimitação". DARDOT, Pierre. LAVAL, Christina. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 8

aos princípios econômicos e é inserida numa determinada realidade, elaborada pela razão neoliberal e justificada pela visão de mundo que confecciona, onde a concorrência é norma.

Os regimes de concorrência definem novos modelos de subjetividade, que são impulsionados pela falta de empregos, a precariedade e o endividamento. Dessas condições proliferam pessoas que seguem uma ética exclusivamente empresarial em suas vidas: suas decisões levam em conta a empregabilidade, consideram o sucesso profissional, a faixa salarial, os riscos de desemprego e outros elementos alinhados ao valor econômico.

Nos cursos de 1977 e 1978 Michel Foucault investigou a racionalidade empregada para dirigir as consciências, gerindo as pessoas no que tange a sua subjetividade. Segundo o autor, o indivíduo é concebido nessa lógica como *homo oeconomicus*, um sujeito de interesses capacitado para competir e produzir numa economia de mercado. Nesse contexto o indivíduo passa por um processo de sujeição produzido por dispositivos específicos, que o capacitam para a competição e produção numa economia de mercado, afetando suas escolhas e seus interesses.

Conforme o filósofo francês, a racionalidade neoliberal seria responsável pela confecção dessa linhagem, o tipo de sujeito econômico movido por inclinações distintas do sujeito de direitos, característico da sociedade disciplinar e do poder soberano. Esse novo sujeito, a partir de seus interesses, pesaria suas escolhas em consonância com a economia. Empregando cálculos e lógicas em suas decisões, sua meta seria alcançar melhores resultados que viabilizem melhores salários, cargos e posições que conduzam ao sucesso, sempre em sua dimensão profissional.

Na contemporaneidade os processos de subjetivação seriam elaborados pelas “companhias, a mídia, a indústria cultural, as instituições do estado de bem-estar social e as agências de seguro-desemprego”. (LAZZARATO, 2014, p.14). Ao prescrever um modo de ser em consonância com a renda, a herança, o mérito, o trabalho, a razão neoliberal vincula produção e direção das condutas.

A produção da subjetividade neoliberal se torna, furtivamente, um tipo de senso comum: “neoliberalism governs as sophisticated common sense, a reality principle remaking institutions and human beings every-where it settles, nestles and gains affirmation”² (BROWN, 2015, p, 35). O início é a entrada de um léxico empresarial em conversas do cotidiano:

o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo. (HARVEY, 2014, p.13).

As pessoas passam a falar sobre assuntos corriqueiros e da própria vida usando palavras como produtividade, performance, inovação, exponencial, resultado, investimento, *networking*, *mindfulness*, *mindset*, *background*, *coaching*, entre outras.

Da perspectiva política, o neoliberalismo deve ser entendido como uma racionalidade cuja meta seria a expansão do prisma empresarial a domínios coti-

² “O neoliberalismo governa como senso comum sofisticado, um princípio de realidade que refaz instituições e seres humanos em todos os lugares onde se instala, aninha e se afirma”

dianos e existenciais. Para Wendy Brown, a principal consequência dessa razão seria o silencioso esfacelamento dos valores democráticos. Em seu livro *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*, a autora nos apresenta uma análise precisa e contundente dos efeitos nocivos do neoliberalismo no que tange a política: a desdemocratização. Em sua hipótese, a nova razão governamental seria extremamente destrutiva para a democracia, haja visto que, além da disseminação de valores mercadológicos na sociedade, saqueou instituições, valores e fundamentos democráticos.

O neoliberalismo seria uma nova razão de mundo que nos conduziu à pós-democracia: “a polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.09). Conforme os autores, o sistema neoliberal atua em escala planetária e, em sua dimensão política, configura um projeto antidemocrático que, aliada a forças multinacionais e organismos financeiros internacionais, obedece uma lógica de primazia do direito privado, desprovido de qualquer moderação.

Nesse artigo apresento parte das considerações elaboradas por Wendy Brown sobre os efeitos do neoliberalismo na democracia e o processo de subjetivação empregado nesse processo e para isso considero a perspectiva foucaultiana. Nessa tarefa, lanço mão das contribuições teóricas realizadas por Pierre Dardot e Christian Laval, David Harvey e Maurizio Lazzarato como suporte conceitual.

Esse esforço visa estabelecer algumas diretrizes conceituais que permitam o entendimento mais crítico de nossa realidade, marcada pela angústia e aridez, cuja raiz seria o neoliberalismo, elemento configurador da vida atual. Entender seu modo de funcionamento, sua lógica interna, seria o primeiro passo para combatê-lo. No entanto, o cânone de comentaristas não fornece esperança para superá-lo. Então nos resta, ao menos, resistir a ele.

Subjetivação neoliberal

Em *Signos, máquinas, subjetividades*, escreve Lazzarato: “no capitalismo contemporâneo, a subjetividade é o produto de uma indústria de massa em escala global” (LAZZARATO, 2014, p.53). Essa frase foi o ponto de partida para este artigo e tratar desse tema exige a fundamentação conceitual proposta por Foucault.

Em seus cursos *Segurança, território, população* e *O nascimento da biopolítica*, Foucault abordou, entre outros tópicos, o modo como se exercia nas sociedades modernas o governo, a arte de governar.³ Para tratar da arte de governar em vigor em nossas sociedades contemporâneas, o autor utilizou o conceito de governamentalidade,⁴ herdeira das técnicas pastorais cristãs, de condução do

³ Conforme Inês Araújo: “Foucault recua na história até o poder pastoral, cuja genealogia remonta as primeiras civilizações orientais. E essa análise o leva até as noções mais atuais de governamentalidade e de conduta de toda uma população, na qual surge um novo tipo de subjetivação, e cujo solo é o liberalismo. O liberalismo é visto como o pano de fundo da biopolítica e é uma consequência da ‘arte de governar’ dos séculos XVI e XVII que vai até meados do século XVIII, quando se transforma pela ação de um novo jogo, o da economia política, próprio do liberalismo”. (ARAÚJO, 2009, p. 43).

⁴ “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por

corpo e da alma, e do Estado de polícia. O referido conceito engloba estratégias e conhecimentos empregados na coação dos indivíduos, para além do entendimento restrito de governo como instituição portadora do monopólio do uso da força. A razão de Estado, tipo de racionalidade aplicada no governo das pessoas pelo poder soberano, seria o gérmen dessa concepção, assim como a economia política, cerne do liberalismo como razão política.

A governamentalidade estaria inserida na problemática do biopoder (dispositivos e técnicas de poder que visam o corpo e a vida dos indivíduos e o coletivo, como alimentação, higiene, costumes, natalidade, sexualidade) e da biopolítica (a gestão da população através dos biopoderes).

Para Foucault, o biopoder operou uma ruptura radical nas sociedades a partir do século XVIII, visto que a espécie humana passou a ocupar o centro das estratégias e tecnologias de poder. Suas pesquisas abordaram a passagem da soberania territorial à organização da população, sobre as mudanças nas práticas governamentais após essa passagem e qual racionalidade irá orientá-las. Conforme os franceses Dardot e Laval,

aquilo que chamamos desde o século XVIII de 'economia' está no fundamento de um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas (a biopolítica) que vão encontrar no neoliberalismo uma sistematização inédita. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 26).

Assim o liberalismo como objeto de estudo desponta na analítica foucaultiana, dando continuidade às suas pesquisas sobre governamentalidade.

Esse conceito viabilizou a análise do liberalismo enquanto um poder-saber, para além de uma teoria exclusivamente econômica ou política, como um "princípio e método de racionalização do exercício do governo – racionalização que obedece, e aí se encontra sua especificidade, à regra interna da economia máxima" (FOUCAULT, 2008b, p. 323). Em oposição à lógica interna das artes de governar que visavam a expansão das forças estatais, o liberalismo almeja a redução da esfera de ação do Estado. E estabelece o mercado como ponto privilegiado para criticar os excessos do governo, posto que teria suas próprias leis internas que orientaria e ordenaria o mundo natural.

Ainda sobre a arte de governar, Foucault parte da hipótese que a economia desempenhou papel essencial:

a palavra economia designa originalmente o sábio governo da casa para o bem comum de toda a família. Problema, diz Rousseau: como esse sábio governo da família poderá, *mutatis mutandis*, e com as descontinuidades que serão observadas, ser introduzido na gestão geral do Estado? Governar um Estado será, portanto, aplicar a economia, uma economia no nível de todo o Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, à conduta de todos e de cada um uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta do que a do pai de família sobre a casa e seus bens. (FOUCAULT, 2008a, p. 126-127).

forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança". FOUCAULT, *Segurança, território, população*, p.143.

A economia surge como ferramenta necessária ao cálculo estatal para lidar com uma nova variável, a população, que exigiu um saber que considerasse seus efeitos no que tange à riqueza e ao território. Sua lógica seria aplicada numa escala macro, exercendo um tipo de controle específico, uma vez que, governar a população demandou uma racionalidade eficaz na direção das condutas e na orientação das consciências individuais em conformidade com seus interesses. Essa nova ciência, apesar de ser focada na população, partiria da produção do sujeito de interesses. Desse modo, o governo dos homens não se daria pela força ou submissão e sim pela produção de modos de vida, pela garantia de meios necessários à satisfação dos interesses pessoais, pelos dispositivos normatizadores empregados para guiar os comportamentos individuais em conformidade com a mentalidade populacional.

Assim, governar implicaria a constituição do Estado atrelado aos processos de subjetivação. O que remeteria, segundo Foucault, ao poder pastoral, “conceito religioso cristão que foca na orientação abrangente dos indivíduos, sendo uma forma individualizante de poder intimamente ligado à produção de verdade” (LEMKE, 2017, p.18), um instrumento para o “governo dos homens”, cuja finalidade era guiar suas consciências. Seu exercício estaria ligado muito mais à população do que a um território fixo. Sua função seria individualizar, valorizando, paradoxalmente, tanto o singular quanto o coletivo, certificando segurança e salvação a todos. Na hipótese foucaultiana, o poder pastoral foi cooptado pela nova razão de governo emergente, a saber, o liberalismo e o Estado moderno seria o produto da mescla entre o poder pastoral e o político.

Nesse processo, o mercado foi um dispositivo empregado para auxiliar nessa função e alcançaria sua máxima expressão com o neoliberalismo: “É preciso governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2008b, p. 125). Este é concebido como um expediente capital para influenciar a política, a população e o indivíduo, ao incorporar em si o bem-estar singular e coletivo: “o pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio é um elemento vital do pensamento neoliberal” (HARVEY, 2014, p.17). Desse modo, essa racionalidade vincula a si própria a garantia de um valor extremamente forte e convincente, a liberdade, e também a satisfação do contingente populacional através do poder de compra e consumo de bens materiais, viabilizada pelo desenvolvimento econômico. Esses fatores seriam responsáveis pela confecção de uma matriz produtora de realidade, sincronizando saber e poder, através de regimes de verdade.

Nessa lógica, o desempenho de um governo e seu funcionamento deveria ser guiado pela verdade e o mercado seria o lugar de veridicção: as ações governamentais seriam baseadas nas análises econômicas. Para Foucault, através desse expediente o liberalismo teria se consolidado enquanto princípio de inteligibilidade, uma técnica de poder utilizada no governo das condutas.

Se o início do século XVIII toma o corpo como alvo privilegiado para o exercício do poder, do século XIX em diante a subjetividade é almejada. Na contemporaneidade, o neoliberalismo em sua dimensão política seguiria esse princípio, por sua racionalidade de pretensão totalizante: a de enformar os aspectos existenciais nos moldes econômicos. Conforme Wendy Brown:

neoliberalism transmogrifies every human domain and endeavor, along with humans themselves, according to a specific image of the economic.

All conduct is economic conduct; all the spheres of existence are framed and measured by economic terms and metrics, even when those spheres are not directly monetized. (BROWN, 2016, p.10).⁵

Assim, o neoliberalismo conecta produção e condução das condutas e classifica modos de existência de acordo com valores empresariais e mercadológicos. Nesse fito, uma de suas principais estratégias seria sua forma de subjetivação, fabricando sujeitos cujos valores obedeceriam a lógica de mercado, para então conduzir suas condutas. Tais indivíduos orientariam suas escolhas visando o incremento de suas capacidades, vendo a si mesmo como um empresário de si mesmo rumo ao êxito financeiro.

O indivíduo, nesse contexto é concebido como *homo oeconomicus*, um sujeito de interesses, capacitado para competir e produzir numa economia de mercado. É a governamentalidade neoliberal produz esse tipo de sujeito econômico, constituído por motivações e propensões distintas do sujeito de direitos, característico da sociedade disciplinar e do poder soberano. A partir de seus interesses, suas escolhas seriam pensadas numa perspectiva econômica, raciocinando e calculando as opções que melhor lhe preparariam enfrentar e suportar adversidades de origem sociopolíticas.

Nessa tarefa, o gerenciamento dos recursos pessoais seria vital e Foucault lança mão da teoria do capital humano para exprimir a extensão da perspectiva econômica para o corpo social: o comportamento humano deveria seguir estratégias e investimentos que aumentassem sua capacidade de produção e consumo através da gestão de suas aptidões direcionada para a concretização de determinados objetivos. Por conseguinte, o sujeito deveria agir em conformidade com a “ética de mercado”, o empresário de si. Concebido como aquele que assume os riscos do mercado, que está apta para a livre e selvagem concorrência, valendo-se de seu capital humano para ser bem-sucedido e vencer.

Segundo Dardot e Laval o neoliberalismo disseminaria preceitos como competitividade, realização pessoal, integrando da vida pessoal e profissional e o aprimoramento perpétuo para manter-se eficaz e ser um forte concorrente. Para os autores, “a empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se frutificar”. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.218). Por conseguinte, o neoliberalismo imprimiria uma subjetividade atrelada ao sucesso como valor supremo, introduzindo a cultura da produtividade. A competição é instaurada como norma, mercantilizando as relações sociais, submetendo-as à regra da maximização do lucro e à realização de interesses particulares. Assim o aspecto comportamental expressa o estabelecimento da interpretação econômica sobre o agir humano, haja visto que considera as condutas racionais como econômicas.

A crítica foucaultiana resulta no entendimento de governo não como instituição e sim como atividade que rege a conduta das pessoas. Para isso segue uma razão que aplicaria técnicas para regular o comportamento humano numa

⁵ “o neoliberalismo transforma cada domínio e esforço humano, juntamente com humanos mesmos, de acordo com uma imagem específica da economia. Toda conduta é uma conduta econômica, todas as esferas da existência são moldadas e medidas por termos econômicos, mesmo as esferas que não são diretamente monetizadas”. (BROWN, 2016, p.10).

perspectiva dupla: subjetivação e assujeitamento, a saber, o governo de si e dos outros. No primeiro caso, o trabalho executado sobre si próprio visando a produção de um tipo específico de sujeito e o segundo, uma política sobre a vida do contingente populacional. Essa racionalidade governamental é responsável pelo estabelecimento de um processo normalizador e uma vigilância que respeitaria as imposições do mercado, vinculando poder político e econômico. Uma biopolítica⁶, portanto.

Após essa breve exposição sobre o modo de subjetivação neoliberal, passo à etapa seguinte, as implicações dessa racionalidade na democracia. Nesse esforço, parto da análise crítica proposta por Wendy Brown, inspirada nas investigações foucaultianas sobre o biopoder, neoliberalismo e as formas de governo.

Desdemocratização

Para Wendy Brown o fim da Guerra Fria demarca a emergência de uma nova razão política que, silenciosamente, dissolveu conceitos essenciais da democracia para reformulá-los em outra perspectiva. Seu funcionamento seguiria uma lógica própria. Em suas palavras,

more than merely saturating the meaning or content of democracy with market values, neoliberalismo assaults the principles, practices, cultures, subjects, and institutions of democracy understood as rule by people.⁷ (BROWN, 2016, s. p.).

Tal hipótese é justificada através de uma compreensão particular sobre o neoliberalismo: para além de uma política econômica ou uma ideologia, ela o concebe como uma razão normativa, desenvolvida nos últimos trinta anos e intensamente difundida nos governos.

Dardot e Laval entendem que o neoliberalismo promove uma ideia específica de democracia, visto que:

destrói regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.16).

Essa capacidade criadora torna a racionalidade neoliberal flexível o suficiente para se adaptar às variáveis geográficas e culturais de cada país, ao mesmo

⁶ “Este ano eu gostaria de começar o estudo daquilo que eu havia chamado, um pouco no ar, de biopoder, isto é, essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana”. FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes: 2008, p. 03.

⁷ “mais do que meramente saturar o sentido ou o conteúdo da democracia com valores mercadológicos, neoliberalismo ataca os princípios, práticas, culturas, sujeitos e instituições da democracia como governo do povo”.

tempo em que produz realidades sem desintegrar relações, propondo outras. Suas múltiplas dimensões, econômica, social, política e subjetiva, complementam sua potência e apontam para a totalização, posto que se estendem às mais variadas faces da vida. E assim opera uma reestruturação, reorganização e não destruição dos valores democráticos, na medida em que seu interesse é convertê-los num instrumento de seus interesses.

Essas considerações exprimem o vasto alcance da razão neoliberal, algo onipresente⁸: no governo, nas relações de trabalho, na cultura, na educação, nos afazeres de rotina, na justiça. Seu principal efeito seria a tácita conversão de elementos políticos em econômicos, incidindo sobre práticas, instituições e hábitos democráticos.

Utilizando um discurso de Obama proferido em janeiro de 2013, a autora explicita a lógica que concebe o crescimento econômico como finalidade e legitimidade de qualquer governo. Assim, a responsabilidade governamental com valores democráticos, tais como igualdade, inclusão, liberdade, é comprometida na medida em que o interesse é sincronizar as ações empresariais com as ações governamentais.

Ao tratar do neoliberalismo Wendy Brown considera suas variações e ambiguidades, descrito por Dumenil e Levy como: “um fenômeno multifacetado, resultado de um conjunto de determinantes históricos convergentes, e é difícil precisar seu início” (DUMÉNIL e LÉVY, 2014, p.17). Portanto, definições formais e exclusivas, como política econômica, forma de governo, fenômeno global seriam insuficientes devido à plasticidade e inconstância do neoliberalismo. A pluralidade de fatores cambiáveis, como aspectos geográficos, práticas, discursos e sua capacidade de reconfigurar-se, deve ser levada em conta em qualquer tentativa de compreensão do neoliberalismo.

Outro aspecto abordado tange as críticas acadêmicas feitas sobre o respectivo tópico. Os teóricos em suas pesquisas tendem a seguir quatro diretrizes: a primeira seria a intensificação das desigualdades, considerando uma pirâmide social, o topo aumenta seus privilégios e riquezas, o setor intermediário trabalha por períodos mais longos com salários menores, perda de benefícios e redução de mobilidade social e o último estamento viveria em condições de precariedade e miséria; a segunda seriam as comercializações antiéticas, atividades consideradas até então inapropriadas para comércio se tornam possíveis, com exploração humana e degradação; a terceira seria o crescimento do vínculo entre governos e capital financeiro; por último, a destruição da economia, autores que abordam as crises de 2008 e 2009 e as flutuações geradas pelo capital financeiro.

Essas vertentes críticas de fato tratam dos efeitos deletérios da política neoliberal, no entanto, contrastando com elas, Wendy Brown foca em outra interpretação. Sua perspectiva é herdeira da noção foucaultiana de racionalidade e a autora compreende o neoliberalismo “as an order of normative reason that [...] takes a shape as a governing rationality extending a specific formulation of economic

⁸ Cf. David Harvey, 2014, p.15: “nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ideia de ser tido por certo e livre de questionamento”.

values, practices, and metrics to every dimension of human life”⁹ (BROWN, 2016, p.30). O mercado é disseminado como modelo ideal a todo campo de ação humana e as pessoas são convertidas em atores econômicos. No que se refere à democracia, uma das principais linhas argumentativas abordadas pela autora é a relação entre economia e lei.

Em sua hipótese, a lei e os dispositivos legais seriam vetores na difusão desses valores através do que a autora denominou de razão jurídica neoliberal. Os princípios caros ao exercício da democracia sofreriam uma reformulação: direitos políticos, cidadania e democracia seriam concebidos a partir de uma matriz econômica. Nas palavras de Brown, “in doing so, it disintegrates the very idea of the demos”¹⁰ (BROWN, 2016, p.152). A autora cita algumas decisões da Suprema Corte norte-americana, entre 2010 e 2011 que ilustram sua hipótese.

O primeiro veredito foi contrário à posição do governo em banir contribuições de corporações aos comitês de campanha de política. A permissão desse financiamento empresarial afeta diretamente as eleições, signo da soberania popular. O segundo parecer autorizou as corporações se livrarem de ações coletivas, importantes contra fraudes e abusos cometidos por grandes empresas, forçando consumidores entrarem com ações individuais. Esse juízo extinguiu qualquer possibilidade de união entre trabalhadores e consumidores para enfrentar legalmente violações cometidas por companhias. O terceiro caso, uma decisão da Suprema Corte de Wisconsin apoiou uma legislação que esvaziou o poder de barganha negociação coletiva do setor público; por fim, a Suprema Corte voltou atrás numa ação coletiva sobre discriminação de gênero contra o Wal-Mart Stores (BROWN, 2015, p.152-153). Esses últimos exemplos demonstram a tendências das novas leis de favorecerem o mercado e constranger aglutinações entre trabalhadores do setor público e privado.

Essas medidas desmontam qualquer forma de organização popular de poder e minam a ideia de solidariedade e coletividade. Combinadas com o enfraquecimento de princípios democráticos, a drástica redução de investimentos em educação pública, a substituição da responsabilidade social por eficácia econômica como base para a governança, o poder popular é gradativamente esquecido do que a autora chama de “*democratic political imaginary*”. Nesse imaginário a democracia é desvinculada, silenciosamente, da organização e do poder popular, dissipando a energia política e o vínculo identitário que ela produz. A autora não define claramente o que seria esse imaginário, todavia, creio que se trata de representação que as pessoas fazem da democracia, em como esta é imaginada pela população em geral.

Essa racionalidade neoliberal concebe o suporte legal para qualquer expressão do poder popular como obstruções do livre mercado. Além disso, serviços e instituições públicas em geral, como saúde e educação, são associados ao socialismo. Um dos efeitos mais chocantes do neoliberalismo é promovida através da lei: sua lógica é disseminada enquanto senso comum e com isso o significado de democracia é mesclado ao mercado, cujos bens estariam associados à economia. Logo, a democracia é concebida exclusivamente como o espaço onde aconteceriam as relações comerciais.

⁹ “como uma ordem normativa [...] que assume a forma de racionalidade governamental, estendendo uma formulação específica de valores econômicos, práticas e métrica para cada dimensão da vida humana”.

¹⁰ “ao fazer isso, desintegra a ideia de demos”

Nesse ponto, cumpre destacar que, ao analisar os efeitos da racionalidade neoliberal sobre a democracia, a autora pontua algumas questões sobre as definições da mesma. Ela nomeia um regime de governo que seria exercido pelo povo, governando a política e a si e que teria uma série de formas variáveis: direta, semidireta, representativa, liberal, social entre outras. As condições essenciais para a existência da democracia seriam a autorização das pessoas para que as leis sejam exercidas e grandes decisões políticas sejam tomadas, e que o governo de suas vidas seja partilhado com poderes não-legais.

Ademais, haveriam condições mínimas para a vigência da democracia, sem as quais ela não poderia ser mantida. A limitação da concentração de riqueza e pobreza, visto que extremos de ambos minariam o trabalho legislativo coletiva, pois valores comuns a todos desapareceriam e cresceria o poder de classes. A educação dos cidadãos: a democracia não sobreviveria com a ampla ignorância das pessoas sobre as forças que as afetam sua vida e seu futuro e sem que as pessoas compreendam a ideia de bem público, comum a todos.

Considerando as práticas da razão neoliberal como forças não democráticas, é possível perceber como as bases democráticas são silenciosamente atingidas. A associação de valores como autonomia e liberdade ao mercado, fragilizam noções de cidadania, solidariedade, bens públicos.

Considerações finais

Diante do exposto, a compreensão do neoliberalismo como racionalidade seria fundamental para uma análise profunda de seus efeitos e de seu funcionamento. Ao incidir sobre a produção de subjetividades, essa razão molda condutas alinhadas com seus objetivos. Ademais, reforça suas normas com a propagação de um modo de vida. É comum que proponham chamarmos “trabalho” de *lifestyle*.

Outro desdobramento essencial do neoliberalismo tange a democracia. Ao atacar princípios democráticos, corrói a crença na política e no setor público. Ambos são associados à ineficiência e corrupção. Ao subverter valores como cidadania, direitos sociais, serviços públicos, a razão neoliberal opera outra grande transformação: deteriora a soberania popular enquanto fundamento democrático. O princípio fundamental aqui é a liberdade, de forte apelo político e emocional. No entanto, não é a liberdade coletiva e sim individual, dentro de um contexto: o mercado.

Referências bibliográficas

BROWN, Wendy. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone books, 2015.

FOUCAULT. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *O nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo. 2016

DUMÉNIL, Gérard. LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

GAGO, Verónica. *La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LAZZARATO. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Edições Sesc, 2014.

LEMKE, T. *Foucault, governamentalidade e crítica*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.

Sobre o autor

Doutorando em Filosofia pela UERJ. E-mail: rafael_rocha1@yahoo.com.br

Recebido em 21/7/2018

Aprovado em 11/11/2018

Como referenciar esse artigo

ROSA, Rafael Rocha da. Neoliberalismo, desdemocratização, subjetividade. *Argumentos: Revista de Filosofia*. Fortaleza, ano 11, n. 21, p. 154-165, jan.-jun. 2019.